

# A REVOLUÇÃO PORTUGUESA NOS ARQUIVOS NORTE-AMERICANOS O ANO DE 1974

*Tiago Moreira de Sá*

**E**m Abril de 2006, os National Archives dos EUA colocaram à disposição dos investigadores, através da Internet, uma elevada quantidade de documentos provenientes do Departamento de Estado e relativos a 1973 e 1974. São cerca de 320 mil materiais de arquivo no total e 2700 só sobre Portugal<sup>1</sup>.

Acresce que, já desde o ano passado, se encontram igualmente disponíveis na Internet muitos documentos elaborados pela CIA, vários dos quais referentes ao nosso país e compreendendo um vasto período temporal que vai de 1943 até 2002<sup>2</sup>.

Na documentação agora disponibilizada podemos encontrar sobretudo a correspondência trocada entre Washington e as várias embaixadas norte-americanas espalhadas pelo mundo, com particular relevância para o caso das sediadas nas capitais europeias ocidentais e no antigo bloco soviético. A sua análise comparada permite um avanço importante no conhecimento da história da Guerra Fria, pelo menos tal como esta foi percebida pelos Estados Unidos na fase final da Administração Nixon.

No que se refere a Portugal, merecem especial destaque os telegramas trocados entre a Embaixada dos EUA em Lisboa, na época em que foi dirigida por Stuart Nash Scott<sup>3</sup>, e o Departamento de Estado, liderado então por Henry Kissinger. O seu estudo permite compreender com mais rigor a acção norte-americana em Portugal no importante período da transição democrática, mais especificamente no espaço de tempo que vai das vésperas do golpe de Estado de 25 de Abril até ao final do ano de 1974.

O nosso propósito ao longo do texto que se segue consiste em divulgar, de forma comentada, alguns destes materiais dos arquivos norte-americanos, seleccionados em função da sua importância para o esclarecimento da percepção, e consequente reacção, do Governo dos EUA ao longo dos quatro momentos cruciais do primeiro ano da revolução portuguesa: as movimentações nas Forças Armadas nas vésperas do 25 de Abril; o golpe de Estado militar; o conflito Spínola – Movimento das Forças Armadas (MFA); o pós-spinolismo.

Compete sublinhar que estes telegramas são apenas uma parte dos documentos produzidos durante a transição democrática portuguesa, sendo necessário esperar pela

desclassificação de materiais de outras proveniências para, através da sua análise comparada, retirar conclusões mais definitivas. É a esta tarefa que nos estamos a dedicar presentemente, no âmbito de uma tese de doutoramento sobre as relações luso-americanas no período pós-revolucionário.

#### **OS EUA NAS VÉSPERAS DO 25 DE ABRIL DE 1974**

Nas suas «Notes on My Tour as Ambassador to Portugal», Stuart Nash Scott confessa que a Embaixada dos EUA em Lisboa não previu o golpe de Estado de 25 de Abril. Porém, acrescenta: «Podemos ficar com os créditos por termos reportado desde o dia em que o livro de Spínola foi publicado que uma crise estava a emergir e que, desde o dia em que ele [Spínola] e Costa Gomes foram demitidos, o então existente estado de coisas não podia continuar, sendo que algo estava para acontecer em breve.»<sup>4</sup>

Esta versão é confirmada pela análise dos telegramas enviados por Scott para o Departamento de Estado nas vésperas do 25 de Abril. Neles podemos ver que a Embaixada está naturalmente informada acerca dos momentos mais significativos da agitação nas Forças Armadas – publicação do livro *Portugal e o Futuro*, demissão de Spínola e de Costa Gomes, golpe das Caldas – e não deixa de os relatar para Washington, ainda que não extraindo daí as devidas consequências. E, se é certo que a maior parte das informações provém das mais altas esferas militares, sendo escassa a informação relativa à oficialidade intermédia, nomeadamente ao futuro MFA, é igualmente verdadeiro que no telegrama de 22 de Março se relata com algum pormenor o descontentamento existente entre os oficiais de patente intermédia, referindo-se as várias reuniões do «Movimento».

O primeiro telegrama importante é enviado para Washington a 5 de Março<sup>5</sup>. Nele o embaixador relata a «grave crise política» precipitada pela publicação do livro de Spínola, com a subsequente divisão da classe dirigente portuguesa entre a «direita», reunida em torno do Presidente Américo Tomás, e os «centristas» ou «reformistas», que apoiam Spínola: «Sabemos que os *hard-liners* estão a exigir a “cabeça” de Spínola, enquanto que rumores de sentido contrário sustentam que os centristas procuram forçar a resignação de Tomás. O Primeiro-Ministro Caetano foi apanhado no meio desta batalha pelo poder.»

Concretizando, Scott escreve que, embora o Presidente Tomás tenha «exigido a imediata despromoção de Spínola», para os «círculos da direita», onde se contam nomes como Moreira Baptista, Silva Cunha, Andrade e Silva, Henrique Tenreiro e Franco Nogueira, «Caetano é o verdadeiro inimigo» pois «é aceite de forma generalizada que o livro de Spínola teve a sua aquiescência, se não mesmo aprovação». Já do lado dos «círculos reformistas», as movimentações vão no sentido de «obrigar Tomás a resignar», sendo que «alguns dos que tomam esta posição esperam que Caetano seja capaz de conversar com Tomás e convencê-lo a resignar (o que parece pouco provável),

enquanto outros sugerem que os mais altos líderes militares devem forçar a saída de Tomás – o que equivale, na prática, a um golpe militar».

A parte do documento relativo ao posicionamento das Forças Armadas é particularmente relevante. E neste campo pode ler-se que «alguns (mas não muitos) oficiais superiores disseram apoiar Tomás na sua campanha contra Spínola» e «um número substancial dos militares de nível intermédio demonstraram um sólido apoio a Spínola».

Ainda interessante é o comentário final de Scott: «Apesar de Portugal ter mostrado uma fantástica habilidade para passar por crises de forma aparentemente incólume, a tensão gerada pela actual crise tornará difícil para Tomás, Caetano e Spínola/Costa Gomes permanecerem juntos no Governo durante muito tempo. Decisões de longo alcance relativas à política africana podem bem estar em curso.»

A 18 de Março, a Embaixada envia para o Departamento de Estado dois telegramas importantes a informar que, na sequência da demissão de Spínola e Costa Gomes, houve uma tentativa, falhada, de golpe de Estado (o «golpe das Caldas»)⁶.

No primeiro destes documentos, escreve-se que «Uma rebelião militar, abortada, foi desencadeada a 15 de Março por 200 a 300 soldados pertencentes a um quartel do Norte. As tropas, cujos objectivos são indefinidos, foram bloqueadas no seu avanço sobre Lisboa por tropas fiéis ao Governo, tendo regressado, sem violência, ao quartel». Mais adiante, acrescenta-se que o golpe tentado «era comandado por um número não especificado de majores pertencentes ao Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha» que se deslocou a Santarém onde «tentou, sem sucesso, garantir o apoio da Escola de Cavalaria». A coluna militar foi «bloqueada na auto-estrada do norte, que liga Lisboa a Vila Franca de Xira e a Santarém, por tropas pertencentes ao regimento de Artilharia 1, Cavalaria 7 e por forças da Guarda Nacional Republicana, comandadas pelo General Paiva Brandão». A finalizar informa-se haver «um número de prisioneiros transportados para um destino não revelado».

No segundo telegrama, mais substantivo, a Embaixada faz alguns comentários particularmente relevantes para a compreensão do seu conhecimento dos acontecimentos no seio das Forças Armadas portuguesas. Logo no início pode ler-se que a tentativa de golpe «deixou os observadores a questionar-se sobre o que vai acontecer em seguida», acrescentando-se que «a situação entre os militares permanece problemática», com «grandes divisões entre os militares portugueses», estando «os responsáveis pelo Governo português profundamente preocupados com a possibilidade de mais problemas no futuro». O documento acrescenta, correctamente, que a tentativa de golpe é da responsabilidade «de oficiais do nível intermédio», mas refere logo a seguir, de modo menos rigoroso, que «o general Spínola e Costa Gomes não estavam, aparentemente, envolvidos na revolta». E conclui-se que «o Primeiro-Ministro Caetano parece estar numa posição muito enfraquecida».

À luz deste documento, uma pergunta parece especialmente pertinente: como explicar que os diplomatas americanos em Lisboa não tenham aprofundado os seus con-

tactos com Spínola, bem como com os oficiais intermédios, de molde a obter as informações necessárias a uma mais correcta avaliação do que se podia passar em Portugal? Uma resposta a esta questão pode ser encontrada num telegrama enviado a 10 de Abril pelo Departamento de Estado para a Embaixada em Lisboa<sup>7</sup>. Nele, Kissinger desaconselha qualquer gesto de apoio a Spínola e às suas ideias: «Tendo em consideração as circunstâncias actualmente prevalecentes em Portugal, uma abordagem do Governo norte-americano junto do Governo português de apoio às teses de Spínola não contribuirá para uma política portuguesa mais flexível em África.» E, embora não excluindo «a possibilidade desse tipo de abordagem no futuro», o secretário de Estado é muito cauteloso, chegando ao ponto de instruir a Embaixada «a não dar qualquer prosseguimento a este tema, mesmo a um nível pessoal».

Como já referimos, um dos telegramas mais expressivos do período pré-golpe de Estado é o de 22 de Março pois nele, e pela primeira vez, Scott relata em pormenor as movimentações entre a oficialidade intermédia das Forças Armadas e identifica claramente a existência do que chama de «O Movimento»:

«A insatisfação com o actual estado de coisas continua entre um largo número de oficiais de nível intermédio. Sabemos que pequenos grupos desses oficiais continuam a reunir-se clandestinamente, embora não possamos confirmar isso. Um longo comunicado elaborado pelo “Movimento” circula clandestinamente em Lisboa. O comunicado faz uma análise semelhante à de Spínola da situação política e militar em Portugal e no Ultramar e apela a uma solução similar à proposta por Spínola. Contudo, o documento não contém uma linguagem revoltosa ou ameaçadora. Outro documento que circula com o primeiro declara que “alguns dos nossos camaradas foram presos... por pertencerem ao Movimento dos Oficiais”. O comunicado diz: “não permitiremos, evidentemente, que esta situação continue... estamos à espera que o Governo reconsidere...”. Este documento apela a todas as unidades militares para que expressem o seu apoio e solidariedade. É claro que um número substancial, embora provavelmente não a maioria, dos oficiais de nível intermédio na Metrópole estão associados a este “Movimento”.»<sup>8</sup>

Uma boa síntese conclusiva desta documentação é-nos dada pelo próprio Scott nas suas já referidas «Notes on My Tour as Ambassador to Portugal». Começando por afirmar que «nós sabíamos muito pouco ou nada sobre o Movimento das Forças Armadas que levou a cabo o golpe de 25 de Abril», acrescenta:

«A partir de certo momento tivemos conhecimento de que existia uma organização usualmente conhecida por “os capitães” que mantinha encontros e adoptava resoluções. Os seus propósitos originais eram quase inteiramente militares e não políticos [...]. Os motivos de preocupação dos capitães eram os seguintes: exigência de melhores salários; exigência de reforma do sistema de promoções [...]; existência de más relações entre os

oficiais do quadro permanente e os milicianos; finalmente, e mais importante, havia uma vasta aversão pelas guerras em África. [E conclui:] Tudo isto, mais a popularidade de Spínola e Costa Gomes nos meios militares, era do nosso conhecimento. Mas não ao ponto de o Movimento das Forças Armadas se converter num movimento para derrubar o Governo.»<sup>9</sup>

## **OS EUA E O GOLPE DE ESTADO MILITAR**

Existe hoje um consenso entre os investigadores relativamente ao facto de os EUA terem sido apanhados de surpresa pelo golpe de Estado militar de 25 de Abril<sup>10</sup>. E, na verdade, a correspondência trocada entre a Embaixada em Lisboa e o Departamento de Estado confirma esta versão.

O primeiro telegrama enviado por Richard Post para Washington é vago, impreciso e baseado exclusivamente nas informações fornecidas pela rádio e jornais:

«A cidade está tensa mas calma, com um elevado número de militares em evidência. Não se sabe ao certo quem comanda os revoltosos. Na rádio afirma-se que o objectivo do movimento é o de libertar o país do regime que há muito o domina. A imprensa estrangeira especula que o movimento é favorável a Spínola e esta ideia ganha algum crédito com a declaração de que o intuito é libertar o país do velho regime. Porém, não podemos confirmar que seja verdade e não temos indicação sobre quem está envolvido e quem comanda o movimento, excepto que é dominado pelo exército.»<sup>11</sup>

Já no final do dia, Henry Kissinger envia um telegrama para, entre outros, a Casa Branca, os estados-maiores conjuntos e os Serviços Secretos, com um resumo dos principais acontecimentos em Portugal. E, uma vez mais, o seu conteúdo permite perceber o pouco que o Governo dos EUA sabe acerca do golpe de Estado:

«A agência portuguesa de informação (ANI) diz que está a ocorrer uma revolta militar mas que a sua dimensão e natureza são ainda desconhecidas. [...] O grupo, que se auto-denomina “Movimento das Forças Armadas”, diz querer criar uma Junta de Salvação Nacional para governar Portugal, libertar o país do actual Governo e reavaliar a política colonial em África. [...] O Adido de Defesa da Embaixada em Lisboa, em conversa telefónica, relatou que os militares tinham encerrado o aeroporto, cercado as esquadras da polícia e que a capital estava sob “um alto estado de prevenção”.»<sup>12</sup>

Também nos mencionados documentos da CIA podemos confirmar a surpresa e desconhecimento dos EUA relativamente ao golpe de Estado. Logo no primeiro relatório elaborado pelo White House Support Staff escreve-se:

«Ainda não há confrontos conhecidos entre as forças governamentais e as ainda não identificadas unidades rebeldes. [...] De acordo com as últimas informações da imprensa,

os insurgentes anunciaram a meio da manhã que estavam praticamente em completo controlo da situação e disseram estar em conversações com o ministro da Defesa, general Andrade Silva Cunha [sic]. Anunciaram também a formação de um Governo Provisório. No passado mês de Março, as tropas Governamentais dispersaram um protesto semelhante levado a cabo por militares dissidentes apoiantes do general Spínola. Ainda não é claro se este grupo terá maior sucesso.»<sup>13</sup>

Pouco depois, às 5h30, o mesmo grupo de funcionários da CIA acrescenta que, embora «ainda não seja claro que forças estão envolvidas [...] o grupo identifica-se como o Movimento das Forças Armadas e parece representar os militares apoiantes do general António de Spínola»<sup>14</sup>.

E a 27 de Abril, a CIA faz a primeira análise mais substantiva dos acontecimentos em Portugal. Num memorando interno, intitulado «The Coup in Portugal», diz-se: «Os líderes da rebelião, que se autodesignam de “Movimento das Forças Armadas”, são praticamente desconhecidos, mas são quase de certeza oficiais de nível intermédio devotados ao General Spínola». Mais à frente: «o seu prestígio [de Spínola] é tal que, apesar das divisões entre as Forças Armadas, ele pode ser capaz de as manter totalmente sob controlo.» E acrescenta-se: «Spínola pode, provavelmente, esperar melhores relações com o resto da Europa, com os seus aliados da NATO e as forças internacionais críticas da política ultramarina portuguesa.»<sup>15</sup>

As informações, que faltam ao Governo dos EUA, começam a surgir quase de imediato e a Embaixada em Lisboa não deixa de as comunicar para Washington, ainda que com alguns erros de avaliação.

Cerca da 1h30, do dia 26, é apresentada ao País, através da televisão, a Junta de Salvação Nacional (JSN). De imediato, Richard Post envia para Washington um telegrama contendo a sua avaliação acerca dos membros que formam a JSN. Começa por uma apreciação de carácter geral: «Os membros da Junta são profissionais competentes e respeitados, tendo a maioria servido com Spínola.» E adianta que os seus nomes «não são nacionalmente conhecidos, com a excepção de Spínola e Costa Gomes». A Embaixada fornece ainda uma breve informação biográfica de cada um dos militares em apreço. Sobre Pinheiro de Azevedo escreve: «enquanto director do Clube Naval, patrocinou sessões de leitura de poesia liberal banida pelo Governo.» Em relação a Costa Gomes, menciona o «apoio a Spínola» no contexto da polémica inaugurada pelo livro *Portugal e o Futuro* e a sua «demissão de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), a 14 de Março de 1974». Sobre Jaime Silvério Marques, fala apenas dos vários cargos que havia ocupado durante o anterior regime e o facto de ser «irmão do conservador Silvino Silvério Marques». Já quanto ao general Diogo Neto, refere somente que havia servido com Spínola na Guiné. Rosa Coutinho é apresentado como o comandante da fragata *Almirante Pereira da Silva*, destacando-se ainda o facto de ter combatido em Moçambique. Finalmente, acerca de Galvão de Melo, sublinha a

sua passagem à reserva, em 1966, a seu pedido, por «desacordo com a política do Governo português em Moçambique»<sup>16</sup>.

Poucas horas depois da apresentação da JSN ao País é a vez de Vítor Alves anunciar à comunicação social a versão definitiva do Programa do MFA, já com o item relativo ao «reconhecimento dos povos à autodeterminação» devidamente suprimido.

E uma vez mais a Embaixada em Lisboa é lesta a informar o Departamento de Estado, fazendo uma avaliação do texto muito favorável:

«Se [o Programa] for cumprido, irá claramente colocar Portugal, pela primeira vez neste século, ao nível da Europa e do Ocidente. Embora firme, o programa é liberal, não sendo de maneira nenhuma extremista. Encontrámos vários itens particularmente mercedores de serem sublinhados: a) A existência da Junta é claramente limitada a um ano no máximo; b) Embora o presidente e o vice-presidente provisórios sejam militares, os ministros do Governo Provisório serão presumivelmente civis; c) O novo regime promete mudanças na política ultramarina, se bem que Spínola fale em Portugal pluricontinental; d) A posição do Primeiro-Ministro não é mencionada; e) A menção à expansão e diversificação de relações externas pode implicar relações com a Europa de Leste, com a qual Portugal tem crescentes laços comerciais, ou com a República Popular da China, com a qual Portugal tem interesses relativos a Macau.»<sup>17</sup>

A 27 de Abril, a Embaixada já está em condições de fazer uma avaliação preliminar do golpe de Estado em Portugal. Trata-se da primeira análise exaustiva dos acontecimentos iniciados dois dias antes e nela podemos encontrar uma boa síntese dos equívocos que ainda subsistem entre os diplomatas americanos em Portugal. Richard Post inicia o telegrama com um resumo da situação a 27 de Abril:

«A Junta de Spínola está rapidamente a adquirir total controlo e está a proceder de forma célere para consolidar o seu poder internamente, deixando o problema africano para ser tratado mais tarde. Os adversários da Junta à direita estão a ser enfraquecidos e os à esquerda neutralizados pela antecipação da Junta na ocupação do espaço do centro liberal. Os passos de liberalização dados pela Junta são substanciais, mas se a esquerda abusar da nova liberdade política em Portugal, a Junta, essencialmente conservadora, irá sem dúvida agir prontamente no sentido de estabelecer limites à actividade política.»

Em seguida, faz uma análise dos principais desenvolvimentos ocorridos desde o golpe militar, descrito como «bem planeado e executado». Diz que «enquanto o desacordo relativo à política africana do anterior Governo tinha sido o principal estímulo do golpe, a Junta concentrou os seus esforços iniciais na consolidação do seu poder interno». Quanto ao regime anterior, escreve que os seus «líderes tinham sido removidos e a complexa estrutura que o sustentava – DGS, Legião Portuguesa e Acção Nacional Popu-

lar – estava a ser desmantelada». Identifica ainda a existência de forças que pretendem «o regresso da direita», nomeadamente entre os «homens de negócios, os industriais e as “famílias ricas”», embora acredite que a Junta conseguiu apropriar-se, ou eliminar, dos órgãos de poder os que podiam possibilitar uma contra-revolução.

Já em relação às forças de esquerda, pensa que a Junta «ocupou o espaço da esquerda, apropriando-se de praticamente todas as suas ideias», concretamente ao «conceder uma amnistia imediata até aos prisioneiros políticos da extrema-esquerda, ao abolir a censura à imprensa, ao prometer eleições livres e outras medidas liberalizadoras». E acrescenta, ingenuamente, que «é muito possível que aqueles que se situam à esquerda venham a ficar satisfeitos com o muito maior grau de liberdade de que dispõem agora». Reflectindo sobre as consequências das medidas liberalizadoras adoptadas pela Junta, bem como do desmantelamento das estruturas tradicionais de poder, ao nível da população civil, escreve: «Tem havido, de facto, um surpreendente elevado grau de disciplina e as manifestações de massas que ocorreram têm, até agora, sido dirigidas praticamente só contra os símbolos do antigo regime.»

Post não desconhece o envolvimento de grupos políticos organizados na mobilização popular, identificando a CDE e o MRPP como organizadores de algumas das manifestações ocorridas: «nos locais por onde os manifestantes passaram foram pintados símbolos com a Foice e o Martelo e escritas as iniciais da CDE e do MRPP.» E acrescenta: «o seu objectivo imediato é o 1 de Maio quando pensamos ser provável que a esquerda venha a organizar manifestações populares e apele à greve geral, o que poderá exceder o limite de tolerância da Junta e conduzir a uma confrontação.»

Finalmente, o diplomata americano refere a nomeação dos novos responsáveis pela Polícia e pelas regiões militares, num esforço da Junta para manter a ordem civil<sup>18</sup>.

Face a estas informações, não é preciso esperar muito para que o Governo dos EUA reconheça o novo regime. Fá-lo necessariamente em articulação com os seus aliados europeus ocidentais, mas seguramente que os telegramas recebidos da sua Embaixada em Lisboa encorajam este rápido reconhecimento<sup>19</sup>. Um dia apenas após o golpe de Estado, já Richard Post recomenda o reconhecimento do regime nascido a 25 de Abril:

«Segundo a nossa observação de superfície, a larga maioria da população de Lisboa é entusiástica no seu apoio à Junta. A atmosfera depois da ascensão de Spínola ao poder é mais festiva do que o Carnaval, com os jornais glorificando a liberdade de expressão [...]. Não temos razões para duvidar que a Junta seja capaz de conduzir efectivamente as relações externas e o seu chefe, o general Spínola, afirmou publicamente a intenção de respeitar os compromissos internacionais de Portugal. Assim, o critério normal para o reconhecimento parece estar satisfeito. Visto de uma perspectiva curta, a única possível neste momento, o novo regime parece ser mais favorável aos Estados Unidos do que o anterior.»<sup>20</sup>



Surge assim como natural que, logo a 29 de Abril, o Departamento de Estado, num telegrama enviado à sua Embaixada em Lisboa, «constatasse com prazer não ter havido interrupção das relações entre os dois países»<sup>21</sup>. É o reconhecimento oficial do regime nascido a 25 de Abril.

### **O CONFLITO SPÍNOLA - MFA**

O conflito entre Spínola e o MFA começa logo na noite de 25 para 26 de Abril, sendo o seu primeiro sinal a discussão então havida acerca da versão definitiva do programa do Movimento. Porém, entre essa data e o choque definitivo a 28 de Setembro, assiste-se a uma escalada do conflito, com uma sucessão de crises político-militares: formação do I Governo Provisório; reunião da Manutenção Militar; «crise Palma Carlos»; Lei 7/74; 28 de Setembro.

Do conjunto dos telegramas enviados pela Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado após o golpe de Estado há uma conclusão da maior importância a retirar: a de que, inicialmente, Scott não tem conhecimento das profundas divergências entre Spínola e uma parte dos membros da JSN, por um lado, e o MFA, por outro. Na maioria desses telegramas nem sequer se distingue entre estes dois campos militares, falando-se da JSN e do MFA como se fossem uma e a mesma coisa.

Só a 10 de Maio podemos encontrar na correspondência trocada entre Lisboa e Washington uma referência explícita à existência de divergências entre os dois principais pólos do poder, ainda que desvalorizando-as e sobrestimando a força de Spínola. Escreve Scott: «o nosso julgamento é que quaisquer diferenças entre a Junta e o Movimento das Forças Armadas que conduziu o golpe e instalou a Junta no poder não são sérias e que Spínola e Costa Gomes controlam o poder. O Movimento, porém, permanece vivo e importante».

Neste telegrama, o embaixador discorre igualmente sobre o MFA afirmando que

«há várias indicações, muitas vezes contraditórias e abertas a diferentes interpretações, sobre o papel do “Movimento das Forças Armadas” no presente regime português [...] O Movimento das Forças Armadas é hoje representado por um ou mais “comités” de oficiais de patente intermédia. Os membros destes comités são geralmente jovens, embora alguns sejam coronéis. Têm sido caracterizados como inteligentes e idealistas. Há informações que alguns frequentaram escolas militares dos Estados Unidos. De acordo com alguns relatos, há um comité instalado no Palácio presidencial de Belém (onde a Junta está localizada). E, segundo outros relatos, existem dois comités instalados, um no Ministério da Defesa (onde Costa Gomes tem o seu posto), e outro no posto de comando original do Movimento, no quartel-general do 1.º Regimento de Engenharia. Os membros do Comité (ou Comitês) monitorizam as decisões tomadas pela Junta».

E, com base nesta informação vaga, Scott conclui de modo paradigmático:

«a nossa melhor estimativa é que a Junta tem consultas regulares com os oficiais de patente intermédia e é receptiva às suas opiniões, mas não está, repetimos, não está sob o controlo do Movimento das Forças Armadas. Temos obtido informações sobre diferenças entre os dois grupos acerca de África, onde se diz que a Junta pretende movimentar-se mais devagar do que o Movimento, e sobre a inclusão de comunistas no Governo Provisório, onde se diz que a Junta é favorável a esta inclusão e o Movimento opõe-se. De qualquer maneira, acreditamos que estas (e quaisquer outras) divergências têm sido, ou serão, tratadas de modo amigável e que, ideologicamente, a Junta e o Movimento não estão muito longe um do outro»<sup>22</sup>.

Stuart Nash Scott engana-se quando afirma que as divergências podem ser resolvidas de forma amigável. De facto, menos de um mês passado sobre este telegrama ocorre um grave choque entre Spínola e o MFA – a «crise Palma Carlos» – que conduz à queda do primeiro-ministro e à formação de um novo Governo Provisório controlado pelo Movimento das Forças Armadas e chefiado por Vasco Gonçalves. Ou seja: Spínola perde, o MFA ganha e o processo político português vira à esquerda.

Apesar destes acontecimentos, a Embaixada dos EUA não vê motivos para alarme. A 18 de Julho, Scott faz para Washington a sua avaliação do novo Executivo chefiado por Vasco Gonçalves. O primeiro ponto salientado é «o aumento do número de militares de um (defesa) para oito», dominando estes «os cargos-chave de Primeiro-Ministro, a Defesa, o Trabalho, a Comunicação Social (controlo dos media) e Administração Interna», o que o leva a concluir tratar-se de um «sinal claro de que os militares, e especificamente o MFA, estão a tomar a responsabilidade de garantir a adesão ao seu programa». Também merecedor de destaque é o facto de se acreditar que «o novo Governo português vai seguir com maior vigor o programa do MFA relativamente à democratização da vida política e social de Portugal» e, nesse sentido, «aparentará ser esquerdista para os interesses instalados da era de Salazar e Caetano». Mas conclui «não haver razões para acreditar que importantes interesses dos Estados Unidos venham a estar em causa sob o regime de Spínola e Gonçalves»<sup>23</sup>.

A 27 de Julho, Spínola sofre novo revés ao ver-se forçado a aceitar a promulgação da Lei 7/74 que reconhece o direito à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos. Para todos os efeitos é o fim do projecto federalista do general para a África portuguesa e a vitória da linha preconizada pelo MFA para a descolonização. Em dois telegramas para o Departamento de Estado, respectivamente a 27 e 29 de Agosto, Scott faz a sua avaliação da promulgação da Lei 7/74. Para ele, quatro pontos são claros: «a) Spínola abandonou a sua exigência de um referendo nas colónias; b) Spínola abandonou igualmente a ideia de uma confederação; c) Spínola aceita agora a independência como virtualmente o único resultado para os territórios ultramari-

nos; d) Spínola quer um cessar-fogo imediato». Para o embaixador é certo que se trata de uma «cedência de Spínola por pressão do MFA»<sup>24</sup>. Porém, longe de concluir que Spínola foi de novo derrotado e, logo, enfraquecido, o diplomata considera que «a popularidade de Spínola atingiu um novo máximo e o discurso [de reconhecimento do direito à independência] foi visto como algo capaz de lhe oferecer um lugar na história mundial à la De Gaulle»<sup>25</sup>.

Mas o clímax do conflito entre Spínola e o MFA ocorre com os acontecimentos do 28 de Setembro. E uma vez mais o general sai derrotado e, forçado a ceder em toda a linha, demite-se.

Antes, porém, o Presidente da República ainda tenta resistir e toma a decisão de pedir a intervenção da NATO em seu auxílio, procurando para o efeito contactar o DCM (Deputy Chief of Mission) da Embaixada dos EUA, Richard Post, com a intermediação do embaixador brasileiro, general Carlos Alberto Fontoura.

O episódio é relatado por Stuart Nash Scott para Washington:

«Nesta madrugada, um emissário do Presidente Spínola, Abel Pinheiro, um velho amigo do Embaixador do Brasil, telefonou-lhe para a sua residência oficial. Muito agitado, ele descreveu a situação no Palácio presidencial de Belém como muito confusa, com Spínola transtornado, Galvão de Melo violento (dando murros nas mesas) e Costa Gomes, como sempre, indeciso. Spínola pediu a Abel Pinheiro para usar a sua amizade com o Embaixador brasileiro no sentido de o convencer a actuar como intermediário e pedir ao DCM Post para ir ao Palácio de Belém (presumivelmente pela sua amizade com Galvão de Melo). Deparando-se com dificuldades de comunicação na transmissão desta mensagem, o Embaixador brasileiro enviou o seu adido militar para estabelecer o contacto [...]. Convoquei um encontro na minha residência que teve lugar às 13 horas. No início da reunião, [...] o adido militar brasileiro telefonou dizendo que a visita do DCM ao Palácio de Belém não era mais necessária. Dos contactos subsequentes com os brasileiros, soubemos que [Abel] Pinheiro havia telefonado uma segunda vez ao Embaixador brasileiro uma hora após o primeiro contacto, cancelando o pedido para que o DCM norte-americano contactasse Spínola. Pinheiro disse ainda que Spínola e parte do Conselho de Estado tinham estado reunidos para considerar as medidas a tomar. O grupo incluiu Spínola, o general Costa Gomes, o general Galvão de Melo, o General [Diogo] Neto, o tenente coronel [Almeida] Bruno e, muito curiosamente, Rui [Luís] Gomes (considerado o Reitor comunista da universidade do Porto). O grupo esteve a considerar três alternativas para prevenir o que Spínola considera a iminente tomada “legal” do Governo português pelos comunistas: (1) Spínola pedia asilo em Espanha e procurava obter o reconhecimento do Governo Provisório no exílio aí estabelecido; (2) pedia-se à NATO que intervisse militarmente em Portugal; (3) pedia-se a Espanha que intervisse militarmente em Portugal através da invocação do Pacto Ibérico que obrigava ambas as partes a assistir a outra para repelir uma agressão (sendo

neste caso a agressão o fornecimento de armas soviéticas aos comunistas). [Abel] Pinheiro pediu ao Embaixador brasileiro para actuar como intermediário junto da NATO e do Embaixador espanhol. [...] Por volta das 15 horas locais, Pinheiro voltou de novo a encontrar-se com o Embaixador brasileiro e disse-lhe que Spínola tinha atingido agora um estágio de desespero, concluindo que não tinha outra escolha que não fosse demitir-se de Presidente.»<sup>26</sup>

Os acontecimentos do 28 de Setembro, a demissão de Spínola e o seu dramático discurso na televisão são substancialmente relatados para Washington e produzem a primeira «forte reacção» do Governo norte-americano no contexto da transição portuguesa. Tão cedo quanto 20 de Setembro, Scott envia para Washington uma análise prévia das possíveis consequências da iniciativa da «maioria silenciosa». E a sua avaliação não pode ser mais pessimista:

«a tentativa de levar a cabo uma grande manifestação pró-Spínola neste momento político sensível pode ter resultados infelizes qualquer que seja o seu grau de sucesso: um flop reforçará o lado anti-Spínola que argumentará que o apoio popular do Presidente é fraco; uma grande adesão pode precipitar uma tentativa por parte das forças “spinolistas” de abolir a Comissão Coordenadora [do MFA]. Em ambos os casos, a resultante polarização abre a porta à perigosa possibilidade de um choque dentro das Forças Armadas. Um choque pode conduzir a uma ditadura de direita ou de esquerda e destruir as esperanças de nascimento de uma democracia em Portugal»<sup>27</sup>.

Também os acontecimentos da noite de 27 para 28 de Setembro são relatados pela Embaixada ao Departamento de Estado. Desde logo, os confrontos que ocorrem por ocasião da corrida de touros da Liga dos Combatentes. Mas, mais importante de tudo, a existência de barricadas populares destinadas a bloquear as entradas em Lisboa e promovidas pelo MDP/CDE, logo, pelos comunistas. De acordo com o telegrama enviado para Washington na madrugada de 27 de Setembro, «o Movimento Democrático (MDP/CDE) pôs em marcha a sua ofensiva contra a manifestação de Sábado [...]». Fê-lo através da «distribuição de prospectos apelando a todos os seus activistas para «combaterem imediatamente contra a reacção [...] e impedirem a manifestação de Sábado “por todos os meios” de modo a impedir a deslocação a Lisboa daqueles elementos que, consciente ou inconscientemente, serão usados pelos reaccionários». A partir de informações provenientes do Consulado no Porto, acrescenta-se que «as barricadas devem ser erguidas nas estradas de acesso a Lisboa por “democratas” de molde a impedir o acesso dos manifestantes pró-Spínola»<sup>28</sup>.

Finalmente, a 30 de Setembro, a Embaixada informa Washington do pedido de demissão de Spínola através de uma declaração ao País «em tons sombrios»<sup>29</sup>.

Mais importante do que o conteúdo dos telegramas enviados para Washington, que, de resto, pouco dizem acerca das consequências político-militares do 28 de Setembro, é a reacção que as informações produzem nos EUA, sobretudo a parte relativa à existência de barricadas populares lideradas pelos comunistas.

De facto, a reacção de Kissinger é imediata. A 1 de Outubro, envia um telegrama a Scott com as seguintes instruções:

«Face à demissão de Spínola e ao rápido ritmo das mudanças políticas em Portugal, deve pedir rapidamente um encontro com o General Costa Gomes no qual deve informá-lo que: o Governo dos Estados Unidos está a seguir com atenção os acontecimentos em Portugal; estávamos já preocupados com a presença de comunistas no Governo português e os novos relatos de uma rápida viragem à esquerda no Governo não são tranquilizadores; estamos muito interessados em ter a avaliação de Costa Gomes sobre os recentes eventos em Portugal, em particular no que diz respeito ao papel de Portugal na NATO.»<sup>30</sup>

Cumprindo estas instruções, o Embaixador encontra-se no mesmo dia com Costa Gomes e transmite-lhe a mensagem de Washington. De acordo com o relato feito por Scott para o Departamento de Estado, o novo Presidente da República respondeu às advertências norte-americanas «de modo franco e satisfatório». Segundo o mesmo documento, Costa Gomes «repetiu a afirmação do Governo português de fidelidade às obrigações internacionais e à NATO [...], negou veementemente a existência de uma forte influência comunista no País em geral, fora de Lisboa e do Alentejo, e negou de modo ainda mais veemente a presença de comunistas no Movimento das Forças Armadas, referindo-se especificamente ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves»<sup>31</sup>.

O embaixador parece ter ficado convencido com as garantias de Costa Gomes. E a 8 de Outubro escreve para Washington a sua avaliação da situação em Portugal num tom optimista:

«A mudança de regime em Portugal de 30 de Setembro, removendo muitos elementos do centro-direita do poder e dando um impulso à esquerda, é causa de preocupação. Porém, isso pode não ser uma viragem à esquerda tão dramática quanto muitos portugueses que prosperaram sob Salazar e Caetano podem pensar. Costa Gomes tem a flexibilidade que faltava a Spínola e [...] pode ser capaz de transformar Portugal de um Governo por confrontação para um Governo por acomodação.»<sup>32</sup>

Quem não fica nada convencido é Kissinger que vê nos acontecimentos do 28 de Setembro a confirmação das suas «profecias»<sup>33</sup>. Deste modo, ele e a sua equipa começam a ficar definitivamente convencidos de que a Embaixada em Lisboa não tem competência para lidar com o problema da ascensão comunista no País.

Deste modo, a 9 de Outubro, o secretário de Estado comunica a Scott que, «crescentemente preocupado com a direcção que situação portuguesa está a tomar» e «pretendendo ter uma avaliação actualizada da situação política e económica», decidiu «enviar uma equipa a Lisboa com o propósito de fazer uma avaliação independente da situação», o que é considerado como «útil para que o Departamento de Estado possa considerar, antes da visita de Costa Gomes a Washington no final do mês, o que deve ser feito relativamente ao pedido português de ajuda económica»<sup>34</sup>.

## **O PÓS-SPINOLISMO**

A equipa do Departamento de Estado enviada por Kissinger para fazer uma avaliação independente da situação em Portugal no pós-spinolismo chega a Lisboa a 10 de Outubro. É chefiada por Alan Lukens, responsável pelo *desk* de Assuntos Ibéricos e integra ainda Michael Samuels, perito em questões africanas, Robert Ryan, perito em assuntos económicos, e Peter de Vos, com ligações anteriores a Vítor Alves.

O objectivo imediato da missão é limitado. Num telegrama enviado para as embaixadas norte-americanas em Londres e Bona, Kissinger justifica assim o envio da «missão Lukens»: «O Presidente Costa Gomes de Portugal está a planear visitar a Assembleia Geral das Nações Unidas em finais de Outubro. Pediu para vir a Washington e encontrar-se com o Presidente. Antes disso, precisamos de toda a informação que possamos obter relativamente à situação em Lisboa e à postura do novo Governo português»<sup>35</sup>.

Porém, a «missão Lukens» tem outro objectivo a prazo mais importante: permitir aos EUA avaliarem a situação portuguesa de molde a poderem trocar informações com os aliados, concretamente com os britânicos e os alemães. Durante o período que permanece em Portugal, a equipa do Departamento de Estado mantém contactos com vários dirigentes portugueses, abrangendo todos os sectores – políticos, sociais, militares e económicos –, apenas com a excepção da extrema-esquerda (o que, para os norte-americanos, incluía o PCP). Do seu conjunto, podemos destacar o encontro entre Vítor Alves e Peter de Vos, velhos conhecidos dos tempos em que ambos serviram em Angola, que aparece transcrito na correspondência trocada entre a Embaixada em Lisboa e Washington.

E que recados pretendeu Vítor Alves passar aos EUA? Primeiro, que «no momento, Portugal precisava sobretudo do apoio dos Estados Unidos» e que este devia «ser expresso em termos fortes durante a visita de Costa Gomes aos EUA». Concretizando, o dirigente do MFA disse que «no presente, mais importante ainda do que apoio material ou ajuda financeira era o firme, mas apropriadamente subtil, apoio público ao novo regime por parte dos Estados Unidos». Segundo, quanto ao futuro das relações entre os dois países, o militar português afirmou que «enquanto ele tivesse qualquer coisa a dizer sobre o assunto, o Governo português procuraria manter boas relações com os Estados Unidos», acrescentando que «desejava melhorar os seus contactos com a Embaixada dos EUA». Terceiro, relativamente à NATO, Vítor Alves «comentou várias vezes que a NATO era um factor-chave na estratégia de defesa de Portugal», sublinhou

a «sua predileção pela continuação de Portugal na NATO» e acrescentou que «a elevação de Costa Gomes era, a este respeito, um indicador favorável». Quarto, sobre o MFA, disse que «era uma coligação amorfa de oficiais, na maioria, mas não exclusivamente, do escalão intermédio, que eram essencialmente reformistas e humanistas». A este respeito, criticou ainda «aqueles que rotulam o MFA de “comunista”». Quinto, relativamente às eleições, previu que elas se «iriam realizar dentro do prazo previsto», mas acrescentou que «era preciso um longo período de tempo até que os elementos civis estivessem “preparados e capazes” de assumir o comando da Nação». Sexto, sobre o comunismo, rejeitou a ideia de que «o País estava “maduro” para uma tomada do poder pelos comunistas» e disse que «o líder do PCP, Cunhal, era ministro do Governo para satisfazer a necessidade de representação nominal comunista, mas exercia uma influência mínima no executivo, especialmente depois de ter perdido a sua posição de coordenador para assuntos laborais». Negou ainda «categoricamente que o Primeiro-Ministro estivesse comprometido com qualquer ideologia, descrevendo-o como “definitivamente um esquerdista” no sentido de que era um humanista progressista desejoso da mudança», acrescentando que «Gonçalves era incapaz de ser um comunista». Finalmente, numa das suas mensagens mais relevantes, Vítor Alves afirmou que «os principais decisores eram ele próprio, Melo Antunes e o Primeiro-Ministro»<sup>36</sup>.

De 16 a 19 de Outubro, Costa Gomes e Mário Soares estão de visita aos Estados Unidos. A viagem surge a pretexto da participação do Presidente português na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde intervém no dia 17; paralelamente, os dois governantes obtêm audiências com o Presidente Ford e Kissinger a fim de tentarem tranquilizar os mais altos dirigentes norte-americanos acerca dos desenvolvimentos em Portugal no período pós-Spínola e, deste modo, garantir a sua disponibilidade para ajudar economicamente o País.

Muito se tem escrito acerca do almoço realizado no Departamento de Estado entre o secretário de Estado e os dirigentes portugueses, no decorrer do qual Kissinger chama a Mário Soares o «Kerensky português»<sup>37</sup>. Porém, o encontro pode hoje ser relatado com maior pormenor tendo por base a descrição feita pelo Departamento de Estado a Stuart Nash Scott. De acordo com o telegrama enviado para Lisboa a 23 de Outubro, Kissinger iniciou o almoço «lembrando a sua conversa anterior com Soares na qual disse que os EUA iam tentar fazer algo de substancial por Portugal». Porém, logo de seguida, acrescentou que «o Governo dos Estados Unidos foi forçado a adoptar uma nova abordagem da situação em Portugal após os eventos de 28 de Setembro». Explicando as causas desta mudança, o secretário de Estado «destacou a força do PCP que, embora numa posição minoritária, parecia estar bem organizado». Sublinhou também «a divisão no seio dos militares entre os “jovens turcos”, dispostos a trabalhar com os comunistas, e os restantes oficiais que eram politicamente ingénuos».

Kissinger concentrou-se depois no «perigo que podia ocorrer se os elementos totalitários adquirissem o controlo [em Portugal] e as profundas consequências disso em Espanha,

França, Itália e Grécia». Observou que «se os comunistas alcançassem posições-chave em países da NATO isso podia mudar o carácter da organização». Face a este risco, afirmou que, «se Portugal se tornar verdadeiramente democrático e permanecer no campo ocidental, iria considerar seriamente a aprovação de um programa de ajuda económica. Mas, se tiver que lidar com um Governo de coligação do centro-esquerda com a participação do PCP, a situação será muito diferente». Resumindo: os EUA iam esperar e «observar a situação com muita atenção», mas até lá não haveria quaisquer apoios.

Ora, o objectivo dos dirigentes portugueses era justamente o oposto – conseguir o apoio norte-americano – pelo que se esforçaram sobretudo por tranquilizar o secretário de Estado, de molde a procurar ultrapassar as suas reticências.

Mário Soares interveio dizendo que «o Governo português também estava preocupado, mas as Forças Armadas não estavam infiltradas pelos comunistas». Assim, ele pensava que «com a ajuda dos EUA a situação podia estabilizar-se». Costa Gomes, por seu lado, tentou explicar as crises de 28 de Setembro «com base na personalidade de Spínola». E, confrontado com as exigências de Kissinger para que explicasse as barricadas populares, desvalorizou-as, dizendo que elas eram antes «postos de controlo» resultantes de «manifestações espontâneas» e que «os militares dominavam a situação estando mais unidos do que anteriormente».

Contudo, o secretário de Estado estava bem informado acerca das barricadas e não ficou convencido com as explicações do Presidente português. Interrompendo Costa Gomes, «voltou a referir o perigo comunista», sublinhando que este era especialmente grave se aqueles pudessem «apresentar Portugal como um sítio onde comunismo e ajuda americana eram aceitáveis».

Costa Gomes retorquiu que «o PCP não tinha muitos apoiantes» e sugeriu «um combate conjunto ao desemprego e inflação, usando ajuda norte-americana para resolver a crise económica».

Kissinger terminou sugerindo «o início de conversações entre técnicos para ver o que pode ser feito em vários sectores [da economia portuguesa]», pelo que ia enviar a Lisboa uma equipa de especialistas da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID). Mas rematou repetindo que «uma nova avaliação tem que ser feita antes de se passar a novas fases»<sup>38</sup>.

Podemos verificar neste documento que Kissinger é claro ao dizer que, após os acontecimentos do 28 de Setembro, os EUA têm que rever a sua política para Portugal, sobretudo quanto à promessa de «tentar fazer algo de substancial por Portugal». Ou seja, a ajuda económica de Washington a Lisboa ficou mais dificultada.

Não obstante, e na sequência da promessa do secretário de Estado, o Governo dos EUA decide enviar a Lisboa uma equipa de especialistas da AID. A missão permanece alguns dias em Portugal, efectua uma série de encontros com responsáveis portugueses, recolhe junto destes a indicação acerca das principais áreas em que a ajuda americana poderia fazer a diferença e, no fim, recomenda que o Governo americano chame



a si a iniciativa de dar continuidade ao aprofundamento dos laços de cooperação económica entre os dois países<sup>39</sup>.

Esta missão da AID em Lisboa não tem consequências significativas de imediato. É necessário esperar até 13 de Dezembro para que o Governo dos Estados Unidos aceite conceber um programa de ajuda económica a Portugal. E isto porque subsistem ainda muitas dúvidas acerca da evolução do processo político português.

De resto, este período é marcado não por apoio norte-americano, mas pelos esforços de Kissinger no sentido de excluir Lisboa do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO (NPG) – é o início da política preconizada pelo secretário de Estado de isolamento de Portugal no seio da Aliança Atlântica e que terá o seu expoente máximo entre Março e Agosto de 1975.

A questão do NPG é colocada porque estava marcada para dia 7 de Novembro uma reunião deste grupo em Roma com a participação dos portugueses. Ora, na óptica da Administração americana impõe-se fazer todos os possíveis para evitar que Portugal – com um Governo onde se incluem elementos comunistas – tenha acesso às matérias de natureza nuclear.

Nesse sentido, ainda no final de Outubro, Kissinger escreve ao ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans Dietrich Genscher, propondo-lhe o adiamento da reunião do NPG marcada para Roma:

«Caro Senhor Ministro:

Escrevo-lhe sobre a questão suscitada relativamente à participação portuguesa no NPG e sobre a proposta, que nós endossámos, de adiamento da reunião ministerial do NPG de modo a proporcionar aos aliados tempo para alcançar uma resolução satisfatória da matéria. [...] Para começar, gostaria de sublinhar que a minha preocupação relativamente à participação dos portugueses no NPG transcende a questão da protecção da informação de segurança da NATO, embora ela seja igualmente de grande importância. No topo das minhas preocupações está o facto de podermos enfrentar uma situação em Portugal onde os elementos comunistas adquiram o controlo da situação. Durante o meu encontro da semana passado com o Presidente Costa Gomes deixei-lhe claro que uma situação onde seja permitido aos comunistas ocuparem posições-chave nos Governos de países membros da NATO iria alterar profundamente o carácter da aliança. Tomei esta posição na crença de que, se os líderes portugueses forem encorajados a pensar que nós e os outros aliados vamos aceitar a presença de elementos comunistas no seu Governo, isso pode conduzir, por sua vez, a um processo erosivo no qual outros aliados com minorias comunistas substanciais nos seus países podem igualmente inclinar-se a incluir comunistas nos seus Governos. Não preciso de descrever as consequências de grande alcance que isso poderá ter para a NATO. Assim, a nossa abordagem para com os portugueses tem sido baseada na premissa central de que devemos desencorajar activamente a actual liderança de achar que pode manter comunistas no Governo sem incorrer em certas penalidades. Ao mesmo tempo,

encorajámos os portugueses não só a dar os passos necessários para permitir a continuação do seu alinhamento com os aliados da NATO, como também a procurar junto dos seus aliados tradicionais, incluindo os Estados Unidos, apoio para fazer face às suas necessidades actuais de assistência. Esta política, se bem sucedida, vai ajudar a preservar a estabilidade em Portugal e a manter o papel de Portugal na Aliança [Atlântica]. Peço-lhe que reconsidere a posição do seu Governo no que respeita à reunião do NPG agendada para Novembro e que se junte aos Estados Unidos e outros aliados numa procura activa de resolver esta questão nos próximos meses.»<sup>40</sup>

Esta carta reveste-se de grande importância pelas várias conclusões que dela se podem extrair. Em primeiro lugar, ela revela-nos a prioridade atribuída por Kissinger à questão da participação de Portugal no NPG. Em segundo lugar, percebe-se que a questão de fundo é sempre a da presença do PCP no Governo português e as possíveis consequências deste facto nos outros países da NATO, logo as suas implicações ao nível da Aliança Atlântica no seu conjunto. Em terceiro lugar, o secretário de Estado revela a política de Washington para Lisboa nesta fase da sua transição democrática: penalidades em caso de evolução da situação num sentido desfavorável ao Ocidente; apoio – inclusive económico – caso o país evoluísse num sentido favorável ao Ocidente. Por último, e mais importante de tudo, a carta permite perceber a existência de divergências entre os EUA e a RFA relativamente a Portugal e ao modo como lidar com a participação do País no NPG. Mas os esforços de Kissinger não se ficam por aqui. No dia 28 envia uma mensagem oral a Costa Gomes através da sua Embaixada em Lisboa, pedindo-lhe que Portugal se retire por sua iniciativa do NPG:

«Lembrar-se-á que, durante a nossa conversa a 18 de Outubro, por ocasião da sua visita a Washington, expus-lhe de modo franco a minha preocupação com a presença de comunistas no Governo português e comentei que podia surgir uma situação onde os elementos totalitários adquiram o controlo em Portugal, com profundas consequências noutros países aliados. Além disso, disse-lhe que o modo como lidar com a questão da participação de comunistas no seu Governo terá consequências directas para a NATO uma vez que, se comunistas ocuparem lugares-chave em Governos de quaisquer países da NATO, o carácter da Organização será alterado.

Subsequentemente, tomei nota dos comentários que fez no seu regresso a Lisboa sobre a sua visita aos Estados Unidos e relativamente à dedicação de Portugal à NATO e aos princípios da Aliança. Em conformidade, sinto-me encorajado a debater consigo uma consequência prática para a NATO da actual situação no Governo português e a pedir a sua cooperação na gestão do problema.

Como militar, estará consciente da natureza altamente classificada das questões discutidas no Grupo de Planeamento Nuclear da NATO. Qualquer risco para essa informação pode ter consequências adversas para a segurança de toda a aliança ocidental. A inclusão

de elementos comunistas no Governo português põe seriamente em questão a capacidade de Portugal de proteger este tipo de informação discutida no Grupo de Planeamento Nuclear. Sei que um inquérito sobre a segurança da NATO foi recentemente levado a cabo com a cooperação estreita do Governo Português [...]. A equipa de inquérito foi compelida pelas suas conclusões a recomendar que, no presente momento, Portugal não participe nas actividades do Grupo de Planeamento Nuclear ou tenha acesso a documentos relativos ao arsenal atómico.

A esta luz, e voltando a recordar a nossa conversa quando estive nos Estados Unidos, acredito que vai compreender a razão pela qual me vi obrigado a instruir o nosso representante na NATO para apoiar o secretário-geral, Luns, na questão do afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear no presente momento. De forma a diminuir as dificuldades que isto possa trazer a Portugal e outros, associámo-nos também à ideia de outros aliados de adiar a reunião ministerial do Grupo de Planeamento Nuclear agendada para Novembro em Roma.

Contudo, o adiamento da reunião não vai por si mesmo resolver a questão da participação portuguesa. Assim, senhor Presidente, peço-lhe que considere pessoalmente o assunto e instrua o Embaixador Freitas Cruz para indicar aos representantes aliados na NATO que Portugal não vai participar nas actividades do Grupo de Planeamento Nuclear no presente momento. [...] Acredito que vai concordar que, uma vez que as actividades do NPG têm de continuar e dada a importância para a segurança da aliança de que a transmissão de informações tão sensíveis esteja completamente protegida, Portugal deve retirar-se.»<sup>41</sup>

A 2 de Novembro, Scott é recebido por Costa Gomes e lê-lhe a mensagem oral de Kissinger. O Presidente português mostra não só compreender perfeitamente os receios dos norte-americanos como aceita imediatamente que Portugal se retire do NPG. Segundo o telegrama de Scott, «Costa Gomes disse que tendo em conta a preocupação do secretário de Estado e de modo a não causar embaraços “aos nossos amigos americanos” e a outros membros da NATO ele iria dar instruções ao Embaixador Freitas Cruz para retirar Portugal do NPG e de quaisquer actividades com ele relacionadas»<sup>42</sup>.

Todavia, este problema no relacionamento luso-americano não impediu que o ano de 1974 terminasse num clima favorável. Após vários adiamentos, em larga medida influenciados por Kissinger, a 13 de Dezembro o Governo dos EUA decide-se finalmente a ajudar economicamente Portugal.

Neste sentido, a 10 de Dezembro, o secretário de Estado dava as seguintes instruções a Scott:

«1. Quero que se encontre com Costa Gomes tão cedo quanto possível, de preferência nas próximas 24 horas, e lhe transmita o seguinte [...]:

1. Os Estados Unidos vão garantir 20 milhões de dólares em empréstimos americanos privados para a construção de habitações em Portugal.

2. Vamos disponibilizar especialistas do Governo dos Estados Unidos a Portugal para as áreas consideradas de alta prioridade pelo Governo português como a agricultura, os transportes, a administração pública, a educação e a saúde.

[...]

3. Se o Governo português concordar, os Estados Unidos vão usar os 200 mil dólares remanescentes do anterior programa dedicado à educação em larga medida para aumentar o número de deslocações de portugueses para os Estados Unidos para visitas de estudo ou de formação em vários sectores.

4. O Export-Import Bank vai considerar favoravelmente o financiamento de bens de serviços norte-americanos necessários ao desenvolvimento de projectos portugueses.

5. Se as reservas monetárias de Portugal caírem para níveis perigosamente baixos e se não estiverem disponíveis meios internacionais, estamos disponíveis para considerar outros meios para resolver a situação.

Devemos estar de pronto em contacto com os ministros do Governo português apropriados para trabalhar os detalhes necessários à implementação imediata deste programa.

2. Na sua exposição a Costa Gomes deve também abordar os seguintes pontos adicionais:

A. A Administração está a apoiar, quer no Senado quer na Câmara dos Representantes, a legislação (a emenda proposta por Kennedy à Lei de auxílio ao estrangeiro já aprovada no Senado) que vai autorizar para o presente ano fiscal empréstimos adicionais de 25 milhões de dólares e 2,5 milhões de donativos adicionais, mais um montante igual para os antigos territórios africanos de Portugal.

B. Para além de apoiarmos Portugal bilateralmente, vamos apoiar Portugal em organizações internacionais tais como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE e vamos instar os países amigos a ajudar igualmente Portugal, quer bilateralmente, quer em conjunto com os Estados Unidos.

C. As Forças Armadas portuguesas cancelaram todos os treinos de oficiais portugueses nos Estados Unidos durante o resto do presente ano fiscal com o argumento de que esses oficiais não podiam estar indisponíveis por longos períodos de tempo. Será uma pena perder os fundos já disponibilizados para esse propósito e que não podem ser transferidos para fins civis; talvez estes fundos possam ser utilizados para financiar um número de curtas visitas de militares portugueses aos Estados Unidos. [...]

3. Finalmente, deve sublinhar a Costa Gomes que, ao fazer estas propostas, estamos totalmente conscientes dos esforços que ele está a fazer para conduzir Portugal para a democracia e da renovada dedicação aos valores que asseguraram a liberdade e a força da sociedade ocidental. Esperamos que esta demonstração de interesse e confiança dos Estados Unidos no futuro de Portugal seja útil.»<sup>43</sup>

## CONCLUSÕES

Os documentos expostos e comentados neste artigo permitem extrair algumas conclusões com relevo para a compreensão da atitude norte-americana no contexto da transição democrática portuguesa.

A primeira conclusão significativa é que a Embaixada dos EUA em Lisboa está informada acerca dos momentos mais significativos da agitação nas Forças Armadas portuguesas antes do 25 de Abril e não deixa de os relatar para Washington, mas não foi capaz de antepor o golpe de Estado levado a cabo pelo MFA.

Em segundo lugar, podemos constatar que a correspondência trocada entre a Embaixada em Lisboa e o Departamento de Estado no imediato pós-golpe de Estado confirma que os EUA são apanhados de surpresa pelo 25 de Abril, especialmente porque Stuart Nash Scott e a sua equipa, embora conhecendo a existência do movimento golpista, têm uma informação muito insuficiente acerca dos seus propósitos e, sobretudo, dos seus protagonistas.

Em terceiro lugar, verifica-se que a Embaixada em Lisboa não tem, inicialmente, conhecimento das profundas divergências entre Spínola e uma parte dos membros da JSN, por um lado, e o MFA, por outro, e que mesmo quando começa a relatar a existência desse conflito tende a desvalorizá-lo e a sobrestimar a força do general. Isto explica em parte a visão «optimista» de Scott acerca da evolução da situação em Portugal e o relativo alheamento de Washington em relação aos primeiros tempos da Revolução de Abril. Em quarto lugar, podemos concluir que os acontecimentos do 28 de Setembro são o primeiro grande ponto de viragem em Washington no contexto da transição democrática portuguesa. A saída de cena de Spínola acentua o pessimismo de Kissinger e, conseqüentemente, leva-o a decidir-se finalmente a agir, mesmo que ainda dentro de uma actuação de baixo perfil. Em paralelo, o 28 de Setembro significa a ruptura definitiva entre a Embaixada dos EUA em Lisboa, que apesar de tudo permanece «optimista», e o secretário de Estado que começa já a profetizar um Portugal «vermelho». Em quinto lugar, vemos que Kissinger, dada a incerteza que ainda subiste sobre os desenvolvimentos do processo político português, procura levar a cabo uma política de combinação entre penalidades e incentivos. Nesse sentido, em simultâneo com a tentativa de ir isolando Portugal no seio da NATO, dá início a contactos técnicos destinados a um possível apoio económico dos EUA a Portugal.

Finalmente, podemos constatar que o ano de 1974 acaba num clima moderadamente favorável com o Governo norte-americano a aprovar a 13 de Dezembro um Programa de Ajuda Económica e Cooperação para Portugal, apresentado como «uma demonstração de interesse e confiança dos Estados Unidos no futuro de Portugal». Rd

## NOTAS

- 1 Aceder através do endereço [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp).
- 2 Estes documentos podem ser consultados na Internet no endereço [www.foia.cia.gov](http://www.foia.cia.gov).
- 3 Stuart Nash Scott foi nomeado embaixador em Portugal na Primavera de 1973 e permaneceu em Lisboa de Janeiro a Dezembro de 1974. Foi substituído por Frank Carlucci.
- 4 SCOTT, Stuart Nash – «Notes on My Tour as Ambassador to Portugal», s.d., pp. 4-5.
- 5 Embassy Telegram, Lisbon, 0807, March 5, 1974, Declassified/Released, US Department of State EO Systematic Review, 30 June, 2005 [doravante referido por Embtel].
- 6 Embtel, Lisbon, 1021, March 18, 1974 e Embtel, Lisbon, 1022, March 18, 1974.
- 7 Department of State Telegram, 72345, April 10, 1974, Declassified/Released, US Department of State EO Systematic Review, 30 June, 2005 [doravante referido por Deptel].
- 8 Embtel, Lisbon, 1120, March 22, 1974.
- 9 SCOTT, Stuart Nash – «Notes on My Tour as Ambassador to Portugal», pp. 4-5.
- 10 A este respeito ver, por exemplo, SÁ, Tiago Moreira de – *Os Americanos na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- 11 Embtel, Lisbon 1580, April 25, 1974. Refira-se que Richard Post era o DCM (Deputy Chief of Mission) da Embaixada e estava a substituir Stuart Nash Scott a 25 de Abril uma vez que este se encontrava nos Açores, em trânsito para os EUA, onde ia participar numa reunião de antigos alunos de Harvard.
- 12 Deptel, 84287, April 25, 1974.
- 13 CIA, White House Support Staff, Portugal: *Military Revolt*, Item n.º WH 1, April 25, 1974.
- 14 *Ibidem*, Item n.º WH 2, April 25, 1974.
- 15 CIA, Intelligence Memorandum, *The Coup in Portugal*, April 27, 1974.
- 16 Embtel, Lisbon 1601, April 26, 1974.
- 17 Embtel, Lisbon, 1626, April 26, 1974.
- 18 Embtel, Lisbon, 1636, April 27, 1974.
- 19 Fê-lo no dia 29 de Abril em simultâneo com a RFA e a Espanha.
- 20 Embtel, Lisbon 1608, April 26, 1974.
- 21 Deptel, 86989, April 29, 1974.
- 22 Embtel, Lisbon. 1873, May 10, 1974. Merece ser sublinhada a parte deste telegrama onde Scott afirma que, relativamente à inclusão de comunistas no Governo Provisório, a Junta é favorável e o Movimento opõe-se.
- 23 Embtel, Lisbon, 3030, July 18, 1974.
- 24 Embtel, Lisbon, 3183, July 27, 1974.
- 25 Embtel, Lisbon, 3197, July 29, 1974.
- 26 Embtel, 4185, Lisbon, September 29, 1974.
- 27 Embtel, Lisbon, 4064, September 20, 1974.
- 28 Embtel, Lisbon, 4167, September 27, 1974.
- 29 Embtel, Lisbon, 4027, September 30, 1974.
- 30 Deptel, 03573, October 1, 1974.
- 31 Embtel, Lisbon, 4227, October 1, 1974.
- 32 Embtel, Lisbon 4325, October 8, 1974.
- 33 A este respeito, refira-se que, segundo Tad Szulc, por altura do Verão de 1974, Kissinger «começa a dizer aos seus colaboradores que Portugal pode estar condenado a ser tomado pelos comunistas» [cf. SZULC, Tad – «Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution». In *Foreign Policy*, n.º 21, Nova York, 1975-1976, pp. 25-26].
- 34 Deptel, 222672, October 9, 1974.
- 35 Deptel, 222263, October 9, 1974. A este respeito, refira-se ainda que, após a demissão de Spínola, Washington manifestou as maiores resistências em receber Costa Gomes.
- 36 Embtel, Lisbon, 4456, October 16, 1974.
- 37 Esta referência de Kissinger a Mário Soares como o «Kerensky português» é confirmada pelos dois protagonistas. Ver KISSINGER, Henry – *Anos de Renovação*. Lisboa: Gradiva, 2003, p. 630, e AVILLEZ, Maria João – *Soares. Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 353-354.
- 38 Deptel 233020, October 23, 1974.
- 39 Sobre as conclusões da missão, cf. Embtel, Lisbon, 5044, November 19, 1974.
- 40 Deptel, 234483, to: embassy in Bonn, October 24, 1974.
- 41 Deptel, 237034, October 24, 1974.
- 42 Embtel, Lisbon, 4725, November 2, 1974.
- 43 Deptel, 1100302, December 10, 1974.